

OLHAR GEOGRÁFICO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: um estudo comparativo das representações socioespaciais das feiras livres dos bairros George Américo e Cidade Nova em Feira de Santana-BA

Ivan de Matos Silva Junior

Mestre em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. (ivandematosjr@yahoo.com.br)

Catherine Prost

Doutora em Geopolítica, Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, França. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. (cprost@ufba.br)

Resumo

Atualmente, a produção de mercadorias segue num ritmo de crescimento jamais visto na história, o que tem repercutido no incremento de resíduos sólidos de diferentes composições, ocasionando danos aos sistemas ecológicos e à saúde pública. Assim, o presente artigo investiga a relação sociedade/espaço/resíduo, a partir da análise das representações socioambientais dos sujeitos no contexto de duas feiras livres, desigualmente assistidas pelo poder público, na cidade de Feira de Santana-BA. Entre os resultados do estudo, constataram-se afirmações que revelaram uma relação de sinonímia entre lixo e morte, bem como a disseminação de discursos que reproduzem mitos sobre acepções negativas do lixo, operando distinções entre as categorias lixo e resíduo. Além disso, reconheceu-se que os programas de gestão ambiental desses espaços demandam ações continuadas de acompanhamento, tanto no âmbito do poder público, quanto das comunidades envolvidas, repercutindo, sobremaneira, na promoção de um discurso pró-resíduo, ou seja, com vias ao reaproveitamento.

Palavras chave: Meio ambiente, resíduos sólidos urbanos, políticas públicas.

Abstract

Currently, the goods production follows a pace of growth ever seen in the history, which is reflected in the increase of solid wastes of different compositions, thus causing damage to ecosystems and to public health. Therefore, this article investigates the relationship between society/place/waste, from the analysis of the social representations of it in the context of two trades fair supported by the government in the city of Feira de Santana-BA. Among the results of the study, it was identified that people relate “trash” and “death” as synonymy, as well as the spreading idea about negative meanings of urban solid waste, giving distinctions between concepts of garbage and solid waste. In addition, it was recognized that the environmental management programs of these trades fair require supervised actions – by both public authorities and communities involved. This action particularly rebounds in promoting new routes to solid waste reuse.

Keywords: Environment, solid wastes, public polices.

INTRODUÇÃO

Uma ciência como a geografia, que se propõe estudar as relações entre sociedade e natureza, bem como suas implicações no espaço geográfico, não poderia deixar de discutir uma das variáveis mais emblemáticas dessas relações, qual seja, a questão dos resíduos sólidos e suas múltiplas representações; mesmo porque, a história das coisas, e por extensão, a história do lixo, compreende a história das sociedades e de suas diversas relações com a natureza. Assim, dentre os temas que têm sido incorporados no campo das ciências humanas e sociais, encontra-se a questão do lixo, como temário fecundo de estudos sobre a sociedade e seus espaços geográficos. Desse modo, o lixo como é usualmente conhecido, representa, atualmente para a geografia, a possibilidade de desvendar inúmeros aspectos da vida social, uma vez que não existe ação humana isenta da produção de “sobras”.

Todavia, um olhar geográfico possibilita muito mais que um acervo de dados e informações técnicas, mesmo que se reconheça a validade de tais instrumentos. Um desses olhares diz respeito à compreensão das representações socioespaciais de resíduos sólidos urbanos em ambientes de feiras livres e sua repercussão nas políticas urbanas e no processo de higienização das cidades, proposta esta tratada neste texto. Assim, a problemática socioambiental do lixo compreende, por extensão, um dos aspectos centrais no interior das discussões sobre meio ambiente urbano, em que a questão dos resíduos sólidos serve como instrumento de análise para demonstrar como as políticas públicas em determinados espaços se processam de maneira desigual, especialmente em ambientes urbanos.

Inicialmente, parece óbvio o estabelecimento das relações entre feira e lixo, já que toda atividade humana está, sobremaneira, filiada à produção de “sobras”. Vale frisar, sobretudo, que a ideia de “sobra” ou “lixo” é um dado ou um invento social, construída historicamente. Assim, ao analisar para além de uma explicação simplista sobre a relação entre sociedades e resíduos, pode-se notar uma variedade de interpretações, tendo em vista sua

natureza sociocultural. Desse modo, tanto as percepções de lixo quanto as de feira livre não foram sempre as mesmas ao longo da história, podendo-se, inclusive, reconhecer permanências de tais percepções, em que a feira é acusada de ultrapassada e, portanto, anacrônica.

Partindo do entendimento de que a leitura sobre o lixo ou resíduo sólido pode ser interpretada como um dado qualitativo e um instrumento alusivo das relações entre sociedade e seu espaço de vivência, a presente pesquisa partiu da ideia de investigar como as representações sociais de lixo podem contribuir para a compreensão das implicações socioespaciais da gestão de resíduos sólidos em feiras livres, tendo como campo empírico as feiras dos bairros George Américo e Cidade Nova, na cidade de Feira de Santana-BA. Para responder a esse problema de pesquisa, houve a necessidade de descrever e analisar as representações socioespaciais de feira livre e lixo, bem como a geração desses resíduos em tais espaços; diagnosticar as representações sociais acerca dos problemas ambientais e sanitários provocados pela má gestão de resíduos sólidos; identificar as práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; conhecer as representações sobre a parcela de responsabilidade governamental e da população quanto à limpeza das feiras e gestão de resíduos; e analisar e avaliar de que forma a implementação do projeto de modernização proposto pela Prefeitura contribuiu na mudança de atitudes quanto às práticas de higiene e manejo de resíduos sólidos na feira da Cidade Nova, bem como na feira de George Américo, e seus reflexos na qualidade ambiental. O conhecimento dessas representações sociais sobre o espaço das feiras foi imprescindível, pois o resgate dos discursos dos sujeitos permitiu compreender com clareza como se processa a relação dos mesmos com os resíduos gerados por eles no cotidiano.

Tal problema de pesquisa surgiu no contexto de fragilidade das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos em feiras livres, no que tange, especialmente, às práticas de redução, reutilização e reciclagem – realidade comum na maioria das cidades do Estado da Bahia. Diante disso, investigou-se o discurso dos atores sociais

que estão envolvidos no cotidiano dessas feiras, bem como atores da administração pública responsáveis pela limpeza urbana e a gestão de resíduos sólidos, para compreender o atual panorama e as perspectivas desse setor na cidade. Nesse sentido, o presente artigo discute, inicialmente, as relações entre a geografia, o ambiente urbano e o lixo, problematizando o discurso ambiental no seio dos debates geográficos contemporâneos, bem como a questão ambiental nas cidades e o processo de (re)produção de resíduos, na perspectiva das técnicas engendradas pela sociedade, mediante processo de apropriação da natureza. Em seguida, apresenta-se o papel da feira livre e de suas “sobras” no contexto urbano da cidade de Feira de Santana, a partir do confronto das representações socioespaciais relacionadas ao lixo nas feiras livres dos bairros George Américo e Cidade Nova, a partir dos discursos de feirantes, consumidores e moradores do entorno dessas feiras e da administração municipal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O advento da Modernidade e sua intensificação com o atual modelo de produção e consumo capitalista têm dilatado a discussão referente ao quadro de degradação ambiental em todas as escalas geográficas. Intensificada pelo contexto da globalização, tais discussões resgatam a temáticas das relações entre sociedade e natureza, dos processos produtivos e dos hábitos de consumo. Diante desse quadro, a compreensão dessas releituras em torno da temática ambiental impõe à ciência, na atualidade, o desafio de contribuir por meio de pesquisas que integrem diversos olhares. Hoje, há um apelo às abordagens que procuram compreender de maneira articulada diversos saberes, não apenas sob critérios de cientificidade, mas, também, incorporando outros saberes igualmente importantes, como o conhecimento das artes, da filosofia e do saber popular (LEFF, 2002). Nesse contexto, a problemática ambiental urbana tem mobilizado vários segmentos sociais e diversos campos do saber a revisitarem suas concepções teóricas acerca do debate ambiental,

especialmente aqueles campos que se propõem a discutir as relações entre sociedade e natureza, como a geografia, pelo viés da espacialidade.

2.1 O discurso ambiental na geografia e sua relação com a temática dos resíduos sólidos

O discurso da crise ambiental, debatido atualmente, nada mais é do que o discurso da crise do modelo de produção capitalista. O conhecimento científico, em especial, tem reconhecido suas limitações teóricas e práticas frente à propalada questão ambiental e à necessidade de transitar em outros campos da própria ciência, da filosofia, das artes e do saber popular. A fragmentação científica tem dificultado uma visão mais integral da realidade. Essa característica disjuntiva do conhecimento científico teve forte implicação, sobretudo, sobre a concepção de natureza e sociedade, em que a natureza se definiria na sociedade por aquilo que se oporia à cultura, enquanto a cultura seria tomada como algo superior que consegue controlar e dominar a natureza, o que é extremamente questionável hoje em dia (GONÇALVES, 2006).

Por muito tempo, a temática ambiental tem sido discutida sob o viés naturalista, entendendo o meio ambiente como o quadro físico do planeta, sobretudo como algo externo à sociedade. Na geografia, essa abordagem foi muito incorporada aos estudos da natureza, nos quais se realizavam verdadeiros inventários sobre os aspectos físicos. Ainda assim, para o contexto da época, esse conhecimento clássico apresentava uma atualidade que respondia questões importantes e caras para a geografia, como os estudos dos ambientes naturais e do homem, configurando a base da natureza na geografia, especialmente na geografia física. Diante das novas demandas de entendimento do presente, esse conhecimento clássico vem se atualizando e incorporando aspectos que indicam abordagens que se aproximam de estudos integrados. Os resíduos, nesse contexto, configuram-se como acréscimos ao espaço geográfico, representados geralmente como indesejáveis, sujos e permeados por fauna nociva desprezível e ameaçadora à saúde pública. O espaço testemunha, portanto, esses acréscimos

resultantes do estatuto do “novo”, oferecendo pistas das relações entre sociedade e natureza e a natureza de seus resíduos. O espaço assume a condição de indicativo das representações sociais de natureza, de estilos de vida e seus respectivos refugos.

2.2 Do lixo ao resíduo sólido: conceitos, cenários e representações socioespaciais

Ao mesmo tempo em que o conceito de meio ambiente atravessa um processo contínuo de revisão teórica, o conceito atribuído ao lixo foi revisto por conta de sua adjetivação negativa. Tal qualificação tornou-se um empecilho em programas de educação ambiental, por entender que sua veiculação com coisas inúteis e sujas interfere nas reais potencialidades de enfrentamento dessa questão. Daí a razão do emprego do conceito de resíduo sólido, dada sua neutralidade e promoção de uma imagem positiva. Vale ressaltar que o próprio uso do termo lixo não é consensual, mudando ao longo do tempo. Sobre essa questão conceitual do lixo, Waldman (2010) acrescenta que

de qualquer modo, seu significado etimológico se vincula a algo que deve ser retirado do nosso convívio, que não faz falta a ninguém. Tal noção é patente na curiosa expressão “estar se lixando para algo ou alguém”, própria da linguagem coloquial brasileira. Em outras palavras, reservamos aos que estão em dissintonia conosco, àqueles cuja presença é dispensável das nossas vidas, aquilo que para nós é indesejável. No cotidiano, esta noção está presente numa série de termos relacionados a lixo. Muitas vezes identificadas na fala popular como sinônimos, podem, contudo, resguardar sentidos localizados (WALDMAN, 2010, p. 19).

Ainda assim, independentemente de sua representação ou qualificação positiva ou negativa, não se pode perder de vista que ao usar termos como “lixo”, “resíduos sólidos”, “rejeitos”, “rebotalhos”, “refugos”, “detritos”, “xepa”, dentre

outros termos elencados, estará se tratando da mesma coisa, ou seja, sobras do processo de produção e consumo que poderiam ser reintroduzidas no sistema como matéria-prima e energia. Se a indústria tivesse engendrado a concepção de resíduo enquanto matéria-prima, talvez, a representação social de lixo não teria ocupado centralidade. Sendo um bem com viabilidade de retorno ao sistema econômico, existiria outra representação, não mais associada a uma qualificação negativa do lixo, como muitos documentos oficiais costumam declarar. De qualquer modo, com ou sem adjetivação negativa, os “refugos” ou “lixos” representam realidades multifacetadas sobre a relação das sociedades com seu espaço ao longo da história da humanidade. Hoje, é perceptível uma representatividade marcada pela indiferença e pelo nojo frente ao lixo, o que tem apresentado importantes implicações socioespaciais, muito diferente do passado.

Como mostra o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2001), o lixo é entendido como “restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar no estado sólido, semi-sólido ou líquido, desde que não seja passível de tratamento convencional”. O presente conceito procura enfatizar a qualificação negativa que é dada ao lixo, enquanto a definição de resíduos sólidos da ABNT (2004) é pautada pela fonte geradora, conforme a NBR 10004. Outro aspecto importante diz respeito à caracterização de resíduos, partindo de critérios que variam desde a condição de mobilidade até a sua origem.

É nesse contexto que a produção dos “restos”, “refugos”, do “lixo” em geral assume uma característica que marcará, a partir de então, a geração da era moderna, qual seja, sua natureza artificial e estranha aos ambientes por apresentar em sua composição elementos produzidos em laboratórios e de difícil assimilação/decomposição na natureza. Os espaços onde as matérias-primas foram retiradas são os mesmos que abrigam os refugos da produção destrutiva. O que agrava ainda mais o quadro é que essa “sobra” apresenta uma abrangência geográfica que varia da escala local à escala global.

O sistema econômico vigente impõe novas necessidades que têm motivado as sociedades, especialmente as urbanas, a produzirem e consumirem num ritmo que nem mesmo elas conseguem acompanhar. Há uma concepção enraizada na sociedade atual na qual o estatuto do novo deve superar o estatuto do velho, ou seja, a produção de mercadorias na lógica do mercado se realiza mediante a garantia da manutenção do sistema econômico de forma linear, em que a produção, a circulação, o consumo e o descarte das coisas ocupam um cenário necessário para a reprodução do capital. Para que o estatuto do “novo” supere o estatuto do “velho”, investe-se na obsolescência percebida e na obsolescência planejada.

A obsolescência planejada e a percebida asseguram o estatuto do “novo”, contribuindo para a permanência do atual padrão de consumo e permanente consecução da crise. A obsolescência planejada é assegurada pela invenção de novas mercadorias que são incompatíveis com as precedentes, provocando seu descarte acelerado. Já a obsolescência percebida estimula a sociedade a descartar mercadorias em perfeito estado, tornando seu uso obsoleto por conta do contexto sociocultural que, subliminarmente, induz as pessoas a adquirir, sob pena de estar “fora de moda”. Em muitos casos, muda-se tão somente o *design* das mercadorias, para torná-las diferentes e, assim, sustentar o consumo de “um novo produto” (LEONARD, 2011).

Essa lógica do consumo desenfreado, como garantia, muitas vezes, de *status* social, encontra no ambiente urbano forte tendência de aceitação e intensificação, especialmente em economias capitalistas – desenvolvidas ou subdesenvolvidas – mobilizadas pela lógica da economia de mercado. Dito isto, pode-se imaginar o volume de resíduos sólidos que essas economias geram e os efeitos nos ambientes e na saúde pública. Esse quadro é agravado em economias subdesenvolvidas que apresentam legislações ambientais fragilizadas e onde, por extensão, é notória a inexistência de sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos, uma vez que instrumentos como a logística reversa, planos de gestão de resíduos, responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a coleta seletiva sequer são mencionados e/ou

discutidos nas agendas ambientais dos governos desses países.

Ao longo do processo de diversificação industrial, inúmeros resíduos de composições físico-químicas distintas foram gerados na ânsia do crescimento econômico. O descarte inadequado começa a ganhar importância, vide o surgimento dos movimentos sanitaristas e ambientais, que alegavam implicações negativas dos resíduos na saúde pública e no meio ambiente. Como afirma Stroh (2009),

[...] A ideia de que o descarte do consumo também viesse a integrar o ciclo produtivo da mercadoria não estava ao alcance do pensamento econômico do século XIX. A racionalidade industrialista, sob o domínio o poder ilimitado da tecnologia, não considerou a possibilidade de que, na aurora do século XIX, o descarte do consumo de massa iria responder por dimensões de produção de lixo, nas quais estariam representados os riscos socioambientais iminentes aos processos produtivos industriais. Imanência essa que se organiza no interior do paradoxo de que quanto mais pujante for a produtividade industrial maior será o volume de lixo produzido, como sinal do próprio crescimento do consumo (STROH, 2009, p. 31).

Admitindo avanços em determinadas etapas do sistema de gestão de resíduos sólidos, a etapa da geração e a do acondicionamento não têm tido a atenção dos gestores. A ineficiência de tal gestão tem assinalado um dos aspectos da crise do sistema econômico, constatado pela indicação de fatores limitantes desde a extração dos recursos naturais, produção, distribuição, consumo e tratamento até a disposição final dos resíduos. A falta de áreas para a construção de aterros sanitários já é um problema em muitas cidades, que se vêm obrigadas a empreenderem consórcios intermunicipais.

2.3 Técnica, espaço e resíduos

A técnica constitui-se como instrumento analítico das possibilidades sociais de transformação dos espaços, na medida em que ressignifica relações entre as sociedades e natureza. Historicamente, ela permitiu um salto qualitativo na forma como organiza distintamente o espaço, mesmo porque “o homem cria espaços de acordo com as suas necessidades e possibilidades técnicas. Cada tempo, então, passa a se distinguir de outro pela forma como se apresenta o espaço” (MORANDI; GIL, 2001, p. 16). Desse modo,

As reflexões sobre a técnica e o desenvolvimento tecnológico passaram a fazer parte dos estudos geográficos. Essa inserção se dá, inicialmente, pela identificação das potencialidades dos novos instrumentais, cuja utilização proporciona resultados em condições de alterar a visão e a concepção dos objetos empíricos, focos dos estudos geográficos. Mas, tão logo essa abordagem é realizada, passa-se para um outro patamar: reconhece-se na técnica o modo como os seres humanos materializam a sua cultura, construindo o meio geográfico na tensão com as condições naturais (TURRA, 2008, p. 51).

A geração de resíduos é um produto dessa intervenção técnica implementada no espaço geográfico. Dito isto, mesmo nas primeiras sociedades tradicionais, a técnica já estava presente e, por extensão, a geração de refugos de suas atividades. Assim, a história do lixo, em primeira e última instância, passa a ser, também, a história dos homens, na medida em que revela as maneiras (técnicas) como as sociedades se apropriam da natureza. Isso é bem verdade, pois a produção de resíduos é tão antiga quanto o homem. O aporte técnico, ainda que rudimentar, inaugurado pela ruptura do homem de sua animalidade primitiva e pelo amadurecimento de seu domínio cultural, tem desencadeado os

primeiros registros de sobras das atividades (BERRÍOS-GODOY, 2007), que hoje são denominadas de lixo ou resíduo. O supérfluo nem se constituía como realidade, mesmo porque o consumo fora orientado para a apropriação de bens necessários que garantiam a subsistência do homem. O lixo não assumia características ambientais e sanitárias que pudessem comprometer as condições de vida, tão pouco oferecia riscos às comunidades, tendo em vista que a quantidade e a composição dos resíduos não era tão heterogênea como atualmente. Outro fato importante que repercutiu nas características dos resíduos, nesse primeiro período, foi a total simbiose que a sociedade estabelecia com a natureza. As motivações de uso eram locais e os sistemas técnicos não eram considerados agressivos, diante da dependência ante a natureza (SANTOS, 2005).

Os resíduos sólidos, naquele momento da história, não apresentavam a composição sintética, traço marcante da constituição atual do lixo. A composição de origem orgânica foi um traço marcante que desencadeou os primeiros registros de resíduos da história da humanidade e, por serem orgânicos, apresentavam maior potencial de assimilação pela natureza. Diferentemente, hoje o lixo tem se constituído como um problema socioambiental, tendo em vista sua enorme quantidade e variedade, exigindo tratamentos específicos (BERRÍOS-GODOY, 2007). Os resíduos tinham como fonte de geração as atividades primárias, como a agricultura e a pecuária, bem como utensílios domésticos elaborados a partir da argila, ossos e metais. O homem, ante sua dependência para com a natureza, tinha sua ação limitada, portanto, gerando menos sobras.

2.4 Modernidade, urbanização e lixo: cenários e desafios

Na contemporaneidade, as cidades ocupam papel importante no debate científico, devido às demandas socioeconômicas, sanitárias e ambientais, especialmente no que tange às discussões sobre a relação entre natureza e sociedade, o que tem requerido um olhar mais pragmático e sensível sobre problemas urbanos,

especialmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. As cidades brasileiras, em especial, apresentam panorama socioambiental semelhante às realidades urbanas do mundo subdesenvolvido, marcadas pela submoradia, pela violência, ineficiência da segurança pública, desemprego, dentre muitos outros aspectos. Há, ainda, que se considerar, nesse contexto, a exclusão social intensificada pelo modo de produção capitalista, em que espaços luxuosos, verdejantes e saudáveis ambientalmente mesclam-se com áreas insalubres e precárias, evidenciando o contraste socioeconômico presente nos ambientes urbanos e sua consequente deterioração da qualidade ambiental.

Assim, a temática do lixo filia-se, de maneira significativa, com a questão urbana, pois a cidade ganha centralidade e representa o espaço por excelência do lixo, gerado por uma rede complexa de atividades que engloba a tríade da produção, distribuição e consumo. Nesse processo, a cidade é reinventada intensamente a partir da criação de novas demandas de produção e consumo, bem como através de novos empreendimentos imobiliários e obras de infraestrutura e serviços que despontam no cenário citadino, desencadeando mobilização de resíduos com características ambientais que oferecem riscos à saúde pública e à manutenção da integridade dos sistemas ecológicos. Dito isso, percebe-se que

[...] o lixo igualmente impregna o espaço habitado do homem. Engendrando formas nem sempre reconhecidas pelo nosso olhar, os resíduos marcaram indelevelmente a paisagem. Primeiramente, pelo fato de integrarem o processo mais amplo de transformação dos recursos naturais, seriam, nesta linha de argumentação, inseparáveis do dinamismo geral de construção do espaço. Em segundo lugar, concentrando-se ou dispersando-se em áreas circunscritas, os resíduos se associam à gênese de formas espaciais inéditas. Na sequência, podem condicionar fluxos responsáveis pela

organização do espaço geográfico (WALDMAN, 2010, p. 11-12).

O processo de urbanização, a partir da sociedade industrial inglesa, no século XVIII, engendra a intensificação dessa produção e consumo que será mediado por mecanismos capitalistas de mercado e, sobretudo, a intensificação da produção do refugo. Nesse panorama, a produção de lixo ilustra e atesta um capítulo novo na história ambiental: como lidar com os refugos, com características tão diversas, que apresentam variavelmente aspectos que representam ameaças aos sistemas ecológicos e à saúde humana.

As primeiras cidades têm sua existência muito recente se comparadas à história natural do planeta, embora tenha operado modificações preocupantes nos atributos geoambientais numa escala temporal significativamente curta, comprometendo a qualidade ambiental em áreas urbanas e em sistemas ecológicos de modo geral. Como assinala Drew (2010, p. 177), “[n]as zonas urbanas os fluxos de energia e de massa estão concentrados, sendo a maior parte da energia importada. Com o emprego de energia e da massa há uma reversão para um estado difuso e não-concentrado, cuja expressão é calor e dejetos”. Diferentemente, a cidade moderna insere uma leva significativa de resíduos de difícil assimilação pelos sistemas ecológicos. Sendo assim, os desafios que estão postos às cidades contemporâneas são distintos daqueles que antecederam o sistema fabril. Com a ampliação do domínio técnico sobre a natureza, intensificado a partir de meados do século XVIII, houve, por extensão a esse processo, diferentes tipos de resíduos, representando, hoje, um sério problema em termos de custo social.

MÉTODO DE PESQUISA

O presente trabalho constitui-se como um estudo comparativo, ou de casos múltiplos, por envolver mais de um caso (YIN, 2010). Caracterizou-se, principalmente, como qualitativo e apresenta, de maneira suplementar, dados de natureza quantitativa. Contou-se com a participação de uma população de 372 pessoas,

sendo 69,35% da feira da Cidade Nova e 30,65% da feira de George Américo.

A aplicação do questionário misto atingiu 372 pessoas e foram realizadas entrevistas com 45 sujeitos entre feirantes, moradores e consumidores que subsidiaram a metodologia da Análise de Conteúdo. Essa metodologia se preocupou em resgatar o pensamento e os saberes cotidianos, a fim de compreender o significado de feira e lixo, e comparar as representações dos sujeitos das feiras livres. Segundo Gil (1999, p.34), “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”. Essas diferenças e similaridades foram possíveis de ser identificadas a partir da aplicação de questionários mistos, bem como mediante a descrição e análise dos discursos dos grupos envolvidos.

Para atingir os propósitos da presente investigação, realizada entre 2010 e 2011, foi necessário delinear quatro momentos, sendo que o 1º momento constituiu-se por um levantamento e aprofundamento da bibliografia. Essa etapa diz respeito ao referencial teórico-conceitual da pesquisa, mediante levantamento da bibliografia relacionada ao olhar geográfico no âmbito dos estudos socioambientais urbanos, tendo como foco a problemática de resíduos sólidos urbanos (o que já foi realizado, cf. itens acima).

O 2º momento empreendeu um levantamento e análise de dados primários junto aos feirantes, consumidores e moradores do entorno das feiras, mediante aplicação de *check list*, roteiro de entrevista, bem como o emprego de questionários mistos, no intuito de complementar os dados da entrevista e permitir a apresentação gráfica dessas informações. Tal momento corresponde à pesquisa de campo nas feiras livres. Essa fase da investigação, sobretudo, procurou resgatar os discursos dos feirantes, consumidores e moradores sobre a concepção de higienização e lixo, seu manejo, problemas ambientais e sanitários, bem como as responsabilidades sobre sua gestão. Os entrevistados foram submetidos a questões abertas por meio de roteiro de entrevista semiestruturada. Para viabilizar a operacionalização da entrevista, foi necessário

adquirir um gravador digital, pois as declarações dos entrevistados foram arquivadas, tabuladas e analisadas, a partir da metodologia da análise de conteúdo.

Os procedimentos de tabulação e análise dos dados foram, comparativamente, empreendidos para identificar e analisar os discursos que se assemelham e se distanciam, a partir das questões indicadas no roteiro de entrevista. A análise comparativa foi concebida numa perspectiva qualiquantitativa, ou seja, na medida em que os dados quantitativos eram gerados, houve a preocupação de qualificar essas informações. Paralelo à aplicação das entrevistas e questionários, bem como roteiros de observação, foi encaminhado o 3º momento, que consistiu numa pesquisa documental, quando se empreendeu um levantamento de dados secundários, mediante consulta em órgãos públicos e privados, cooperativas e entidades envolvidas com a questão das feiras livres e a gestão de resíduos sólidos urbanos, em Feira de Santana.

O 4º momento da pesquisa procurou empreender uma análise conjunta dos dados primários e secundários, consistindo na análise integrada dos dados conseguidos nas feiras e sua relação com a atual gestão de resíduos sólidos, na cidade de Feira de Santana. A partir da análise comparativa das feiras, os dados primários foram confrontados com os dados conseguidos secundariamente, no intuito de ampliar o conhecimento a respeito do pensamento coletivo. Esse procedimento serviu para distinguir a citação de autores de obras das transcrições dos sujeitos do campo em apreço.

Partindo do entendimento de que o espaço é passível de representação e, por essa razão, sendo os resíduos e as práticas de higienização e limpeza elementos componentes dos espaços, chegou-se à conclusão sobre a possibilidade de descrever e analisar a percepção socioambiental das feiras livres, no intuito de identificar aspectos em comum e aspectos que se distanciam. Nesse sentido, a metodologia da Análise de Conteúdo foi utilizada a fim de descrever e analisar o significado de determinados aspectos do dia a dia no imaginário social, no sentido de resgatar aspectos do pensamento coletivo, os saberes cotidianos

das pessoas, a fala social a partir das representações verbais sobre determinados assuntos ou eixos temáticos. Assim, as representações sociais e, por extensão, as representações socioespaciais, são analisadas metodologicamente

[...] como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade (SÊGA, 2000, p. 128-129).

O emprego da referida metodologia corrobora o fato de que o emprego de determinados recursos de pesquisa quantitativa não invalida outro tipo de investigação que se queira empreender, ainda que esta não dê conta do dado discursivo do sujeito. Sua apresentação gráfica vem somar e ilustrar a pesquisa enriquecendo seu conteúdo, da mesma forma que é reconhecida a importância dos aspectos qualitativos que residem nas representações externadas pelo imaginário social (SPINK, 2004). Esse tipo de procedimento metodológico tornou-se pertinente à medida que o mesmo não suprime discursos, evidenciando a riqueza do pensamento numa escala social, quando inquirido sobre determinados temas. Além disso, é importante ressaltar que se preferiu apresentar esse discurso a partir da agregação das ideias centrais e de sua

relação com transcrições previamente selecionadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 A feira livre e a gestão de resíduos sólidos no planejamento urbano de Feira de Santana: história, representações e desafios socioambientais

As feiras livres baianas são uma herança de práticas socioculturais e socioeconômicas que remontam ao final da Idade Média. Esses espaços eram qualificados não apenas como espaço do comércio, mas remetiam às festas, realizadas especialmente em datas religiosas (SATO, 2007). Assim, não é de se estranhar porque a feira que originou a cidade de Feira de Santana tenha devotado à padroeira Nossa Senhora Santana o nome da feira e, *a posteriori*, o nome da referida cidade. Diante desse fato, é notória a participação histórica e a relevância das feiras livres no processo de fomento e crescimento de muitas cidades no estado, especialmente em Feira de Santana. Ainda que hoje a ocorrência das feiras não tenha uma conotação religiosa, elas apresentam, evidentemente, o significado da festa, do reencontro de parentes e amigos, da convergência de conversas e das novidades. Ou seja, a feira livre não se autoriza tão somente pelo seu caráter comercial, mas, especialmente, pelo aspecto sociocultural.

Ainda assim, a feira centenária que deu nome à cidade encontrava-se ameaçada nas décadas de 1960 e 1970, devido à onda de urbanização e a promessa do progresso, fatos que concorreram para marginalizar a feira do processo de desenvolvimento da cidade. Nesse contexto, a feira representava o atraso, a desordem, o subdesenvolvimento, o retrocesso. Nesse período, as qualificações desses espaços, por parte das elites burguesas, apresentavam uma linha argumentativa contrária à permanência de tais ambientes, pois a feira significava algo incompatível com o progresso da cidade e, portanto, remetia ao que é anti-higiênico, poluidor e o destino privilegiado para furtos e roubos. A

feira era o espaço que comprometia a mobilidade de veículos e pedestres e provocava retrocesso na renda local. Além disso, as condições estéticas das barracas, qualificadas geralmente como feias, e a concorrência desleal perante os lojistas eram indicativos de repulsa para o turismo e, sobretudo, de prejuízos às instituições bancárias da época (MOREIRA, 2010). Ainda assim, mesmo com o deslocamento da grande feira do centro da cidade para a periferia, as feiras livres permaneceram como traço de resistência, o que demonstra sua importância histórica.

A cidade de Feira de Santana traz o signo da feira como aspecto embrionário de sua formação, e apresenta, atualmente, um quadro bem distinto quando comparado à assistência do poder público às feiras da cidade. A permanência e, porque não dizer, a resistência da feira livre no cenário urbano de Feira de Santana indica o forte conteúdo e sentido socioespacial que a mesma apresenta. Ela estava localizada onde hoje constitui o centro da cidade de Feira de Santana, transferida, *a posteriori*, para o Centro de Abastecimento. Essa feira engendrou os primeiros passos para a constituição da verdadeira vocação comercial da cidade, que a acompanha até hoje (POMPONET, 2007). Enquanto algumas poucas feiras são amparadas com recursos públicos, outras sobrevivem em condições ambientais e sanitárias precárias. De qualquer modo, as metamorfoses que operam no ambiente urbano de Feira de Santana têm na feira livre um forte componente espacial, que resgata as primeiras representações socioespaciais de lixo, limpeza e higienização desses espaços.

Qualificada, historicamente, como espaço da imundície, da sujeira e do lixo, a rua ou a Feira de Santana de Baixo, como é colocada por Azevedo e Barros (2009), geralmente, é banalizada; diversas práticas de descarte dos resíduos revelam a cultura do descaso com o espaço público. Assim, “[...] o lixo que se desprende de uma mão humana e vai ao chão, forma uma relação de descaso e ausência significativa da conservação de algo que nos pertence” (AZEVEDO; BARROS, 2009, p.27). A geração e o descarte inadequado de resíduos nesses espaços já se constituíam, no passado, como componentes comportamentais de uma

prática social muito comum, mesmo porque não existiam instrumentos legais de planejamento urbano. Além disso, as representações socioespaciais de limpeza, higienização e lixo eram outras. Isso é bem verdade, porque

[...] embora toda vida social necessariamente produza resíduos, nem sempre se atribuem a estes os mesmos valores, se exigem as mesmas atitudes ou se cultivam sentimentos idênticos aos que configuram os que destinamos a isto, que nós designamos por “lixo” = “inútil”, “asqueroso”, “perigoso”; recentemente = “reciclável”, “valioso” (RODRIGUES, 1995, p. 11).

O crescimento da população feirense e sua concentração espacial, na sede do município, têm demandado a ampliação de sua infraestrutura de saneamento básico, incluindo nesse quesito formas adequadas de gestão de resíduos sólidos. O município de Feira de Santana conta com um quadro demográfico de 556.756 hab., acompanhando uma estatística comum em muitas municipalidades brasileiras, em que o percentual de população urbana tem superado, quantitativamente, a população rural, culminando, em 2010, com uma taxa de urbanização de 91,73%. Os dados demográficos, bem como as taxas de urbanização dos censos de 1940 a 2010 assinalam importante aumento da população urbana e um ligeiro decréscimo da população rural. Nesse novo cenário urbano-demográfico, as feiras livres sobreviveram, embora em condições socioambientais preocupantes. Atualmente, em um mundo em que o trabalho informal constitui um traço característico de economias subdesenvolvidas e em desenvolvimento, as feiras livres tornaram-se espaços preferenciais de realização da vida social de uma parcela da sociedade excluída do mercado formal e de suas relativas vantagens trabalhistas.

Diante desse quadro de degradação ambiental, algumas medidas têm sido implementadas para conter seus efeitos negativos, embora sejam inúmeros os desafios postos para uma gestão ambiental urbana eficiente.

Paralelamente a esse processo, os locais de comércio, as condições de higiene e a manipulação de alimentos reacendem a necessidade de debates e encaminhamentos de políticas públicas de fomento ao pequeno empreendedor.

4.1.1 A gestão dos resíduos sólidos de Feira de Santana: cenários e desafios

A questão do lixo e das feiras livres refere-se a aspectos de natureza pública, e, portanto, compete a todos, mas especialmente ao poder público municipal, por meio de medidas preventivas e corretivas. Por esta razão, o estudo das representações de lixo e de feira livre, por parte do poder público em especial, permitiu diagnosticar o quadro atual da gestão de resíduos sólidos no município de Feira de Santana, sob o olhar da administração municipal e de outros órgãos de pesquisa em âmbito nacional, como o IBGE (2010). Deste modo, no intuito de investigar o planejamento relativo aos resíduos e às feiras livres, foi necessário realizar um levantamento de informações junto à Câmara Municipal de Feira de Santana e de documentos das secretarias e dos jornais de circulação local.

É importante registrar que, ao longo dos levantamentos sobre a quantidade de resíduos sólidos gerados no município, constataram-se divergências entre os órgãos consultados (IBGE, ABRELPE e SESP), mediante a identificação de dados distintos que não permitiram conhecer com clareza a real quantidade dos mesmos, talvez, por conta do uso diferenciado de técnicas de coleta de dados. No entanto, tais informações foram resgatadas a fim de ilustrar a diversidade e, porque não dizer, sinalizar um problema de gestão no que diz respeito à atualização de informações sobre resíduos sólidos do município.

Segundo levantamento do IBGE, mediante Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, divulgada em 2000, o serviço de manejo de resíduos sólidos do município de Feira de Santana contava com um lixão e um aterro, como formas de disposição dos resíduos sólidos, apresentando uma coleta diária de lixo de 750,8 toneladas, sendo 750, 4 toneladas dispostos no aterro e os outros 0,4 tonelada em vazadouro a céu aberto.

No antigo lixão, o registro de pessoas residindo nele soma um total de 30 pessoas, sendo 10 na faixa etária de até 14 anos e 20 acima dessa idade. Além disso, nessa mesma pesquisa, não foram identificadas outras formas de tratamento dos resíduos sólidos, em Feira de Santana, como a incineração ou estações de compostagem e de triagem.

A Secretaria de Serviços Públicos de Feira de Santana conta com o Departamento de Limpeza Pública, tendo em sua estrutura uma divisão de limpeza pública e uma divisão de destino final. Em pesquisa realizada juntamente ao referido departamento, foram identificados alguns aspectos importantes quanto à questão da gestão dos resíduos e da limpeza pública em Feira de Santana. Segundo declarações da direção de limpeza urbana, o município gera, em média, 21.460 toneladas por mês, excetuando os períodos de festa, quando aumenta a quantidade de lixo na cidade. A fração orgânica ocupa a primeira posição entre os resíduos coletados nas feiras livres, o que demanda, evidentemente, políticas públicas de aproveitamento desse material via compostagem. Segundo o referido Departamento de Limpeza, caso houvesse tratamento do lixo, cerca de 70% desse material deixaria de ir ao aterro, o que aumentaria a sua vida útil. Em relação à quantidade de resíduos coletados, as seis feiras livres (Estação Nova, George Américo, Cidade Nova, Tomba, Feira X e Sobradinho) geram no total, aproximadamente, 600 toneladas, de segunda-feira à sexta-feira, e 710 toneladas, de quarta-feira a domingo.

Quanto aos resíduos de construção e de demolição, não há uma sistematização de sua coleta; esta ocorre por meio de denúncias da existência de algum ponto, por solicitação de moradores, ou quando há constatação direta do fiscal de limpeza, que solicita ao setor de limpeza urbana a remoção do entulho. Segundo declarações da direção do Departamento de Limpeza, se algum serviço for abandonado ou interrompido, a prefeitura e a população são informadas sobre as razões. Entretanto, não existem pesquisas junto à população sobre a avaliação dos serviços de limpeza prestados pela prefeitura. Além disso, a prefeitura não cobra dos munícipes taxa de limpeza urbana ou coleta de

resíduos sólidos urbanos. Ela não conta com uma legislação específica para o campo dos resíduos sólidos e não desenvolve programas de coleta seletiva, ficando a cargo das cooperativas atuantes no município, como a COOBAFS (Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana). Essa cooperativa constitui-se em uma entidade parceira do programa Rede Cata Bahia, responsável pela coleta de materiais recicláveis, tais como metais, papéis, plásticos, vidros e embalagens longa vida.

Ainda que o município não tenha, efetivamente, um programa de coleta seletiva para fins de reciclagem, conta, sobretudo, com a coleta diferenciada do resíduo domiciliar, dos serviços de saúde, entulhos, podas de árvores, bem como resíduos de feiras livres. Segundo o Código do Meio Ambiente da cidade (FEIRA DE SANTANA, 2009, Art. 117, § 1), essa coleta diferenciada para os resíduos sólidos “propicia a redução do grau de heterogeneidade dos mesmos na origem da sua produção, permitindo o transporte de forma separada para cada um dos diversos componentes em que forem organizados”.

Embora não exista, até o momento, um documento específico que institua um plano municipal de resíduos sólidos, o município de Feira de Santana dispõe, em seu código do Meio Ambiente, aspectos da temática dos resíduos como variável componente do saneamento básico, considerada importante do ponto de vista do meio ambiente e, por extensão, da saúde pública. O referido documento faz observações importantes quanto às condições e situações adequadas de manejo de resíduos, bem como declara preocupação com a manutenção dos aspectos ambientais do município para evitar o comprometimento do solo e dos cursos d'água, por entender que o agravamento de tais aspectos afeta, sobretudo, outro aspecto ambiental, referente à saúde pública. Tal fato corrobora, sobretudo, a necessidade da implementação de políticas públicas no campo do saneamento básico, como instrumento preventivo de saúde pública. Assim, a inobservância desses aspectos, no entendimento do documento, é considerada infração ambiental sujeita a advertência, multa, interdição e, até, embargo de empreendimentos que causarem danos ambientais. A disposição e a

incineração de resíduos a céu aberto são proibidas pelo referido código, exceto em casos em que a disposição do solo não apresentar nenhum risco ao meio e mediante autorização pelo Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).

Além disso, algo que merece destaque diz respeito à obrigatoriedade da coleta seletiva nas instituições municipais de ensino, cabendo, sobretudo, ao poder público, a implementação de propostas de coleta seletiva para o município. Sabe-se, até o momento, que o município não apresenta programas de incentivo à coleta seletiva, o que inviabiliza, sobremaneira, a segregação para fins de reciclagem, já que os resíduos são coletados e revolvidos pelos caminhões compactadores de lixo. Entretanto, existe uma lacuna importante na questão dos resíduos, algo que se espera reverter a médio e longo prazos, com a implementação da logística reversa, como prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2012), instituída em meados do ano passado. São poucas as experiências de coleta seletiva e reciclagem no município de Feira de Santana. Dentre elas, pode-se citar a EEA-UEFS (Equipe de Estudo e Educação Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana) que desenvolve suas atividades desde 1992, apresentando experiência interessante na área de resíduos sólidos no município, especialmente em relação à coleta seletiva, reciclagem, reutilização e compostagem no campus da universidade.

4.1.2 A gestão das feiras livres de Feira de Santana: panorama e desafios

As feiras livres do município de Feira de Santana são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), através da Divisão de mercados e feiras livres do Departamento de Abastecimento. Procedimentos como licenciamento, funcionamento e padronização das feiras, bem como atos de fiscalização, proibição, identificações de infrações e penalidades estão entre as principais atribuições da SEDEC. Tais instrumentos só foram possíveis, do ponto de vista legal, a partir da aprovação, em 2001, do Decreto Nº 6508, que regulamenta as

feiras livres do município (FEIRA DE SANTANA, 2001). De acordo com o referido regulamento, as feiras livres têm por finalidade comercializar no varejo gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos de hortigranjeiros, horticultura, floricultura, além de salgados em geral, confecções, armarinhos, calçados, louças e alumínios, artigos caseiros e de limpeza, manufaturados e semifaturados de uso doméstico. Segundo o documento, a possibilidade de criação de novas feiras livres fica sujeita ao interesse da administração e estará subordinada à ocorrência de um ou mais fatores, ou seja, terá que observar se há uma densidade populacional razoável, se é viável a sua localização, bem como se há mobilização ou interesse da população local e dos órgãos representativos pela instalação de novas feiras. O processo de licenciamento/autorização para atuar como feirante tem início com o requerimento que o candidato encaminha à SEDEC, quando é feito o seu cadastramento, recebendo o comprovante de inscrição municipal para o exercício da referida atividade. Além disso, ao feirante não é concedida autorização para trabalhar em duas feiras que funcionem no mesmo dia. Em caso de falecimento, a licença pode ser transferida ao cônjuge e à/ao companheiro(a) do(a) feirante. A SEDEC, através da Diretoria de Abastecimento, estabelece o funcionamento de cada feira, orientando na quantidade de equipamentos que podem ser instalados, atividades a serem exercidas e demais requisitos, desde que não comprometam o trânsito e o acesso dos usuários para aquisição de mercadorias, bem como visando preservar a segurança, a higiene e o bem-estar da população.

Como pôde ser percebido, as feiras livres de Feira de Santana estão legalmente regulamentadas pelo poder público municipal, sendo seu funcionamento determinado pela SEDEC. Um dos aspectos regulamentados no documento diz respeito à observância às condições de limpeza, higienização e manejo de resíduos, conforme indicação no Art. 15. Para garantir essas condições satisfatórias de manipulação de alimentos, higienização, limpeza e formas de acondicionamento de resíduos sólidos, o regulamento determina que os feirantes devam ter regularidade e assiduidade nos períodos de

efetivo trabalho, mantendo o ambiente de comercialização em perfeito estado de limpeza. Além disso, os feirantes são orientados a desenvolver práticas de acondicionamento de alimentos, sendo comercializados, preferencialmente, em material descartável.

O poder público, como agente regulamentador, normativo e fiscalizador das feiras do município, reservou, no referido documento, a indicação de proibições, infrações e penalidades aos feirantes, qualificando como expressamente proibidos: a ausência do feirante, a comercialização de bebidas alcoólicas, o abate de qualquer espécie de animal, a exposição de mercadorias e alimentos diretamente no solo ou sobre lonas, plásticos ou papelões e similares. Além disso, não é permitido o preparo de alimentos no ambiente da feira, o comércio de espécies da fauna silvestre, bem como de mercadorias oriundas de contrabando. Estão, também, proibidas, a presença de animais domésticos, a ampliação ou descaracterização dos equipamentos da feira e o uso de amplificadores de som ou ruídos individuais ou coletivos.

O projeto de modernização das feiras livres elaborado pela prefeitura municipal de Feira de Santana, através do Departamento de Abastecimento da SEDEC, em parceria com o SEBRAE, a UEFS e a Associação de Feirantes, teve como propósito organizar e modernizar os níveis de operacionalização das feiras livres e dos mercados, melhorando sua qualidade de comercialização, promovendo higiene e limpeza, por meio de metodologias de capacitação e qualificação dos feirantes e comerciantes das principais feiras livres e mercados do município. Dentre as feiras e mercados assistidos pelo poder público municipal, podem-se citar as feiras da Estação Nova, do Tomba, da Cidade Nova e do Sobradinho, bem como mercados de Humildes, de Bonfim de Feira e Limoeiro, e demais feirantes fixos e ambulantes das outras feiras livres.

Entendido como instrumento de planejamento, o projeto de modernização intitulado "Feiras livres: um lugar para a gente ser feliz", pretendia estruturar melhor esses espaços na busca por uma cidade mais limpa, com padrão higiênico-sanitário elevado, resgatando a

autoestima da população local, estimulando a participação de todos no processo de desenvolvimento municipal e acreditando no feirante como empreendedor capaz de gerir seus negócios e de gerar cada vez mais emprego e renda. Para tanto, foi importante conscientizar o público alvo para a necessidade de melhoria das condições de trabalho, com mudanças nos aspectos físicos, ambientais, sanitários e organizacionais da feira livre. Faz-se necessário, ainda, preparar o comerciante para a implementação das mudanças, disseminando conhecimentos e informações que propiciem transformações dos comportamentos, a partir de um programa de treinamento voltado para o setor. Para ter conhecimento da realidade em apreço, o poder público resolveu empreender um processo de cadastramento e capacitação de feirantes, bem como um levantamento socioeconômico e das condições higiênico-sanitária das feiras.

A partir dos dados da última pesquisa realizada em 2001, entre consumidores e feirantes do Centro de Abastecimento e das feiras livres da Estação Nova, Tomba e Marechal, é possível traçar algumas observações pertinentes sobre a relevância dessas informações para o entendimento da concepção de planejamento que se pretendia com a modernização das feiras livres e a gestão dos resíduos sólidos, nesse processo de intervenção urbana. A referida pesquisa contou com a participação de consumidores e feirantes, compreendendo estes últimos um público, em sua maioria, feminino e com escolaridade básica incompleta, revelando o atual quadro de desemprego. A falta de perspectivas inclusivas no mercado de trabalho formal obrigou esse público a situações de trabalho informal e, portanto, ao subemprego.

A maioria entrevistada, consumidores e, especialmente, moradores considerou boa a localização das feiras, por conta da proximidade às suas residências e por conta da proximidade das feiras às vias de grande circulação da cidade. Tal fato comprova a frequência assídua nesses espaços, sobretudo relacionada ao bom atendimento por parte dos feirantes. A demanda econômica pelo espaço da feira livre é, majoritariamente, por alimentos, o que obriga o

permanente abastecimento do setor hortifruti, de carnes, frangos e peixes.

Um aspecto que merece destaque diz respeito aos transtornos causados pela feira. A pesquisa não indicou como opção os resíduos sólidos ou lixo como um transtorno, reservando ao mesmo à alternativa “Outros”. Esse dado é importante porque o projeto de modernização previa mudanças nos aspectos físicos, ambientais, sanitários e organizacionais da feira livre. Ainda que a pesquisa não reserve uma atenção adequada à questão dos resíduos, qualificando-os como “Outros”, logo depois houve a introdução de coletores convencionais no ambiente das feiras, ainda que em condições precárias. A permanência de alguns aspectos degradantes se faz presente no cotidiano desses espaços, como o descarte aleatório de resíduos sólidos no chão e as práticas inadequadas de manipulação de alimentos, dentre outros.

Além disso, segundo a pesquisa, as condições de higiene foram avaliadas pelos consumidores e moradores como inaceitáveis, como podem ser observadas ainda hoje. Por conta do estado degradante das feiras, houve uma aceitação quanto à referida intervenção urbana. Foi sinalizada, inclusive, a preferência da maioria pelo funcionamento da feira aos sábados e domingos. De certo modo, o projeto de modernização das feiras previa a melhoria nos níveis de “qualidade de vida” dos feirantes e da comunidade, bem como o desenvolvimento de ações com vistas à melhoria da capacidade gerencial, aumentando a rentabilidade dos seus negócios e fortalecendo a política de geração de emprego e renda do município.

Segundo a SEDEC (informações publicizadas oralmente), em 2003, as feiras livres do Tomba, Estação Nova, Sobradinho, Cidade Nova e Feira VII somam, no seu total, 2.500 feirantes, e todas chamavam a atenção por apresentar más condições de funcionamento e sem adequação aos métodos de higiene e segurança, deixando em alerta para a possibilidade de vários tipos de contaminação alimentar. A falta de estrutura contribui, ainda, para o aumento significativo do desperdício de alimentos, gerado a partir de uma distribuição deficiente e desorganizada, pelos logradouros

públicos, com técnicas de comercialização inadequadas. Segundo informações da Diretoria de Abastecimento da SEDEC, existe um plano de ação para intervir, não só nas feiras modernizadas, como nas feiras desassistidas pelo poder público municipal.

Além disso, o plano prevê ordenamento dos lotes e transferência das bancas para o Centro Social Urbano. Na feira do George Américo estão previstos o recadastramento, o serviço de limpeza, a intensificação da fiscalização e o ordenamento das bancas. A questão dos resíduos sólidos em ambientes de feiras livres, além de oportunizar o estabelecimento de relações com as práticas de limpeza e de higienização, serviu como pretexto para demonstrar como as políticas públicas em determinados espaços são processadas de maneira desigual. As feiras livres da cidade de Feira de Santana confirmaram o quadro discrepante do processo de requalificação desses espaços. Nesse contexto, o projeto de revitalização/modernização teria um fundamento estético para quem trafegasse nas imediações desses espaços, assim como sinalizaria assistência do poder público, do ponto de vista sanitário e ambiental. Vale lembrar que no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Feira de Santana, editado em 2006 (FEIRA DE SANTANA, 2006), está prevista a requalificação dos espaços livres de uso público, a fim de melhorar os padrões ambientais e os equipamentos.

A partir desse quadro desigual de assistência a esses espaços, a questão dos resíduos sólidos assume um capítulo importante, na medida em que o descarte a céu aberto denuncia o descaso do poder público, e, portanto, sinalizaria indícios de má administração.

4.1.3 Feira do George Américo

A feira livre do George Américo, localizada no bairro de mesmo nome, surgiu no contexto do processo de ocupação das terras do antigo campo de aviação, iniciada por um homem que deu nome ao bairro, no final da década de 1980. A permanência da feira do George Américo ao longo de mais de duas décadas demonstra como esse espaço é importante, não apenas sob a ótica da compra e venda, mas como espaço de

convivência. Hoje, a feira é composta, aproximadamente, por mais de 35 unidades de comercialização. A partir da análise dos significados atribuídos à feira, constatou-se que a mesma é compreendida como um meio de trabalho e um espaço do sustento, que garante – ainda de modo precário – as condições de subsistência das famílias. Esse quadro socioeconômico é, geralmente, atrelado à história de constituição do bairro.

Quanto às questões estruturais da feira, inúmeras foram as adjetivações negativas, por parte dos feirantes e, especialmente, dos moradores e consumidores, quanto ao manejo de resíduos, às práticas de higienização e à limpeza. Assim, a feira é qualificada como um ambiente sem condições adequadas de higiene e limpeza. Sobretudo, a ideia de (des)organização da feira esteve atrelada à compreensão das condições sanitárias e ambientais, em que a dimensão do desorganizado é conferida àqueles lugares isentos de práticas adequadas de manejo de resíduos, bem como ausência de hábitos de higiene e limpeza, remetendo, portanto, à ideia de descaso.

O lixo, especialmente reciclável, é qualificado pelos entrevistados como algo possível de geração de emprego e renda para muita gente, se utilizado no emprego de adubos e reciclagem. Reconhece-se, assim, que a feira não aproveita os resíduos, que poderiam gerar renda, por conta das práticas de desperdício. Entretanto, a linha argumentativa que confere ao lixo a possibilidade de proveito, mediante reutilização e reciclagem, esteve presente tão somente entre moradores e consumidores. A ausência desse tipo de posicionamento entre feirantes foi algo que chamou atenção, uma vez que eles convivem todos os domingos com os refugos de sua dinâmica de trabalho. Quanto à sujeira da feira, esta é apresentada, segundo os consumidores e moradores, como indicativo do grau de qualidade da mercadoria vendida, já que tal fator influencia o consumidor, por este estabelecer uma relação entre qualidade do produto e padrões aceitáveis de higiene e limpeza.

A linha argumentativa que acusa o lixo como um problema sanitário e ambiental está relacionada à possibilidade de modificar aspectos geocológicos (clima, solo, cursos d'água, fauna e

flora), bem como de atrair doenças e, portanto, de agravo à saúde pública, visto a probabilidade de abrigar animais (insetos, roedores, bem como microrganismos patogênicos).

O lixo, por extensão, é avaliado, por parte dos consumidores e moradores, como bagunça, ruim e imundo, logo, é motivo de repulsa. O lixo é caracterizado como “restos” de verduras e frutas em estágio de putrefação, bem como sobras de origem animal. No entanto, ele é visto como problema apenas em caso de práticas inapropriadas de manejo, demandando formas adequadas de acondicionamento e, conseqüentemente, isolamento do convívio humano.

4.1.4 Feira da Cidade Nova

A partir de meados dos anos 1960 e início de 1970, com o contínuo processo de revitalização do setor industrial feirense, a partir da criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana e do Centro Industrial do Subaé, ocorreram, também, alterações no campo do setor habitacional. No ano de 1969, deu-se início o processo de formação do bairro Cidade Nova, construído em dois anos pela Urbis, anteriormente considerado como conjunto habitacional. Foi nesse contexto que a popular feira livre da Cidade Nova foi formada, oficialmente denominada pela administração como Complexo Comercial da Cidade Nova (Centro de Abastecimento Norte) Crispim Manoel Ramos - Dadinho.

A feira é qualificada pelos consumidores e moradores como espaço carente de organização, feio, mal situado e, ainda que contraditoriamente, bem estruturado (padronizado). Além disso, a qualificação da feira como espaço que expressa relações de confiança estabelecidas entre consumidores e feirantes, em situações de crédito e débito, foram bem assinaladas pelos consumidores que, quando, impossibilitados de compra à vista, recorrem ao recurso das aquisições fiadas.

O lixo foi qualificado por todos os entrevistados como um problema quando o mesmo está concentrado num dado lugar por tempo prolongado, por afetar não só o morador, como todos que eventualmente passam pelo local,

demandando urgência na sua gestão. Nesse sentido, o lixo é “coisa que tem que andar”, segundo um feirante, e, portanto, coisa ruim, que atrai vetores de doenças. Ele deve, em primeira instância, ser mantido afastado do convívio humano, embora a reciclagem seja reconhecida por todos como forma de qualificar o lixo e este ter alguma utilidade, inclusive no aproveitamento para alimentação animal. Nessa mesma linha argumentativa que confere ao lixo algo com prazo de validade vencido, para os feirantes, este apresenta uma relação de sinonímia com a morte.

O entendimento que enquadra o lixo como tudo aquilo que não presta se estende a outros aspectos da vida, que não necessariamente aos relacionados ao lixo propriamente dito. A dimensão de inutilidade do lixo qualifica de forma negativa, inclusive, por parte dos moradores, a apresentação estética dos coletores, bem como as próprias barracas, que, por sua vez, só têm a função de agregar marginais, drogas e sexo, segundo eles.

Nesse sentido, os resíduos sólidos são qualificados, especialmente por consumidores e moradores, como indicativos de desorganização, sujeira e imundície, os quais assumem a mesma conotação. A questão do lixo esteve, sobretudo, associada a outros aspectos do saneamento ambiental, como bem ilustrado pelos consumidores quando indicaram o lixo como algo que compromete a rede coletora de esgoto, especialmente em períodos chuvosos. A falta de práticas adequadas de manejo de resíduos sólidos gera o acúmulo de lixo e a conseqüente entrada das águas pluviais no interior das residências.

CONCLUSÃO

A pesquisa constatou que o município de Feira de Santana em matéria de resíduos sólidos não difere, de modo geral, do contexto urbano brasileiro, na medida em que não há políticas públicas de redução na fonte, especialmente do setor produtivo, a partir da introdução de práticas de minimização e reaproveitamento de resíduos. Fazem-se necessários criar instrumentos que obriguem as empresas a se responsabilizarem pelos resíduos gerados no âmbito de suas

instalações, como responsabilizá-las pelos resíduos pós-consumo, já que, historicamente, o setor produtivo tem mobilizado sua atenção no sentido de estimular o consumo exacerbado, não se responsabilizando pelos passivos ambientais.

No contexto urbano feirense, as feiras livres da Cidade Nova e do George Américo, enquanto objetos geográficos componentes da rua, são alvos de práticas de descarte do lixo a céu aberto. Esse comportamento se explica por conta da rua representar um espaço de banalização, cuja permissividade no descarte não gera algum tipo de constrangimento, sob a máxima de que a esfera pública diz respeito ao governo e que, portanto, a limpeza, em especial, é tão somente obrigação deste. A análise dos resíduos sólidos em ambientes de feiras livres permitiu o estabelecimento de relações entre lixo, práticas de limpeza e higienização, servindo como pretexto, sobretudo, para demonstrar como as políticas públicas em determinados espaços são processadas de maneira desigual.

Desde o processo de capacitação dos feirantes, especialmente em feiras qualificadas na primeira década de 2000 até hoje, inúmeros são os desafios de sua gestão, tendo em vista que esses programas não são continuados e não há acompanhamento sistemático desses espaços. Outro aspecto importante diz respeito à natureza contraditória entre o discurso e a prática. Em muitas declarações, ficou claro um discurso a favor da melhoria e do uso efetivo de um sistema de condutas no ambiente da feira que todos deveriam seguir, ainda que suas práticas de manejo de resíduos, de limpeza e higienização não se reportem a tal discurso. Contudo, as representações apontam para uma responsabilidade mútua tanto do poder público quanto da sociedade como um todo.

O estudo comparativo entre as duas feiras livres revelou um panorama desigual de assistência do poder público, em que aquelas localizadas nas vias de grande mobilidade urbana, como a Feira do bairro George Américo, acompanharam processo de intervenção em suas instalações sob a justificativa de serem feiras maiores e de grande expressão econômica. Às feiras afastadas dessas vias de grande mobilidade, como a de Cidade Nova, é reservado

apenas o direito de comercializar, sem nenhuma intervenção pública, exceto aquelas intervenções esporádicas de natureza sanitária – momento este que o feirante é advertido pela manutenção das condições adequadas de manipulação dos alimentos.

Apesar do Decreto nº 6.508/2001 (FEIRA DE SANTANA, 2001) indicar uma série de obrigações e um sistema normativo sobre regras de funcionamento desses espaços, ainda é possível constatar desafios independentemente do quadro de assistência relacionado à resistência de alguns feirantes em incorporar essas regras no dia a dia de trabalho.

As incoerências na gestão desses espaços de feiras livres denunciam desafios para implementação de sistemas de manejo e gestão de resíduos sólidos. O volume de resíduos orgânicos que são descartados no aterro sanitário da cidade, se aproveitado, contribuiria para minimizar o uso de fertilizantes químicos, embora tal encaminhamento não ocupe centralidade entre as empresas agroquímicas que influenciam o setor agroindustrial no Brasil. A adoção da compostagem representaria um dos instrumentos do plano de resíduos sólidos do município de Feira de Santana. O impacto socioambiental positivo desse tipo de prática espacial seria incomensurável, já que os efeitos positivos se fariam presentes nas lavouras e em sistemas de jardins, mas, sobretudo, ganhos na saúde pública, incentivando o consumo de produtos verdes sem aditivos.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa de Mestrado em Geografia (UFBA), publicizada nesse texto na forma de artigo.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*. 2010.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10004/2004. Resíduos sólidos – Classificação. 2004.

BRASIL. *Lei n. 12.305*, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/upload/1346166430_Lei%2012.305_02082010_politica_residuos_solidos.pdf Acesso em: 15 nov. 2011.

AZEVEDO, E. S.; BARROS, D. O. *Lixo: os aspectos antropológicos de um costume cultural*. 2009. Projeto Experimental (Bacharelado de Comunicação Social) – Unidade de Ensino Superior de Feira Santana, Feira de Santana, 2009.

_____. Reflexões sobre o consumo e o consumismo. In: CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). *Consumo sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 81-108.

DREW, D. *Processos interativos homem-meio ambiente*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FEIRA DE SANTANA. *Decreto nº 6508*, de 20 de dezembro de 2001. Aprova o Regulamento das Feiras Livres do Município de Feira de Santana. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2001.

_____. *Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Feira de Santana*. Secretaria de Planejamento, 2006. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/planej/pddm.pdf>. Acesso em: 21 maio 2009.

_____. *Lei Complementar nº 041*, de 03 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 042/2009. Institui o Código do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para a administração da qualidade, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais no município de Feira de Santana, BA. Secretaria de Meio

Ambiente, 2009. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/leis.asp> Acesso em: 15 nov. 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e complexidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEONARD, A. *A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MORANDI, S.; GIL, I. C. *Tecnologia e ambiente*. 2. ed. São Paulo: Copidart Editora, 2001.

MOREIRA, V. D. *Feira livre de Feira de Santana, 33 anos de extinção (1977-2010): um caso de autofagia urbana*. Disponível em: <http://viverascidades.blogspot.com>. Acesso em: 3 dez. 2010.

POMPONET, A. O futuro das feiras-livres. *Jornal Tribuna Feirense*, Feira de Santana, p. 05, 28 mar. 2007.

RODRIGUES, J. C. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1995.

SANTOS, M. A Questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *Revista Geotextos*: UFBA. v.1, n.1, 2005.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Revista Psicologia &*

Sociedade, São Paulo, v. 19. Edição especial, p. 95-102, 2007.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Revista Anos 90*, n. 13, p. 128-133, jul. 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/639/showTo> c. Acesso em: 12 jan. 2011.

SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

STROH, P. Y. (Org.). *Cidade, lixo e cidadania*. Maceió: EDUFAL, 2009.

TURRA, J. M. T. Para pensar a vida, nosso meio, nossa época e o conhecimento geográfico In: PÁDUA, E. M. M.; MATALLO JUNIOR, H. (Org.). *Ciências sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 47-68.

WALDMAN, M. *Lixo: cenários e desafios – Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.